

## **MILITARIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES E SEUS EMBATES: RESISTÊNCIA E LUTA**

### **ANDRESSA ARRUDA DE LIMA**

Discente do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, bolsista do Programa de Educação Tutorial-PET Pedagogia. E-mail: dessa\_laura@hotmail.com

### **EDRIANO PEREIRA DA SILVA**

Discente do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, bolsista do Programa de Educação Tutorial- PET Pedagogia. E-mail: edrianopereira@hotmail.com

### **ALESSANDRO TEIXEIRA NÓBREGA**

Orientador do trabalho, docente doutor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) na área de sociologia e História. E-mail: alessandronobrega@uern.br

## **Introdução**

Este trabalho apresenta um breve histórico sobre a reprodução que as universidades e demais instituições de ensino sofreram no período do regime militar no Brasil, referente aos anos de 1964 a 1985. Também expõe as diversas formas de resistência nesses espaços por parte de estudantes, organizações estudantis, movimentos de professores e organizações políticas de esquerda que contestaram a censura e as imposições promovidas pelos militares no poder. Para atingir tais objetivos recorreremos aos seguintes autores: Barbosa (2010); Leher (2012); Roio (2006), dentre outros, além de pesquisas documentais.

A pesquisa também expõe um pouco da história do controle político-ideológico e cultural sobre as massas e em parte na universidade brasileira neste período, espaços estes que deveriam ser desenvolvidas a livre manifestação do pensamento, reflexões sobre a sociedade vigente e a produção do saber. Também é abordado sobre a militarização nos diferentes espaços educacionais e pedagógicos, cerceando a liberdade dos alunos e professores ao livre pensamento crítico, além da implantação de programas tecnicistas e alienantes impostos na manutenção da ordem capi-

talista, preparando-os como mão de obra ao mercado de trabalho, Lei 5692/71.

Resquícios da ditadura perduram até os dias atuais, utilizamos como exemplo a Universidade do Estado de São Paulo-USP e a repressão por meio da intervenção militar no seio desta instituição, reprimindo os movimentos estudantis organizados em busca de melhorias na universidade, quando estes ocuparam o prédio da reitoria em novembro de 2011 e respondem a processos judiciais sob pena de perderem as suas vagas na universidade.

A partir desta pesquisa também vamos apontar algumas soluções para a saída desse embate, embasados em teóricos de viés marxista que tratam do assunto em questão e que apontam caminhos possíveis para uma universidade autônoma, livre, democrática e popular compromissada com a produção social.

### **Breve histórico sobre o controle político-ideológico nos espaços educacionais durante o regime militar**

De acordo com Althusser (1985), as lideranças políticas da classe dominante, ao longo da história, sempre tiveram um grande interesse nos espaços escolares, como lugares propícios para disseminação de suas ideologias, sendo estas impregnadas nas ações disciplinares e nos currículos para a manutenção da ordem vigente e a passividade e a aceitação das massas a adesão de seus ideais, foi assim na Alemanha nazista, na Itália fascista e no regime stalinista na Rússia – conclui o autor.

O poder disciplinar não coage em sentido direto, mas atinge seus objetivos através da imposição de uma conformidade que deve ser atingida. Em suma, ele normaliza, ou seja, molda os indivíduos na direção de uma norma particular, uma norma sendo o padrão de certo tipo. A disciplina determina o que é normal e, depois, desenvolve medidas e práticas para avaliar se os indivíduos são normais e para moldá-los segundo uma norma. (DAHLBERG *apud* SANTANA, 2007, p.121).

Não foi diferente no Brasil no período do regime militar (1964-1985) em que o governo implantou políticas educacionais de cunho alienante e dominadora nos espaços educacionais e em especial nas universidades a fim de reprimir todo e qualquer curso que se opunha ao regime. Algumas disciplinas como Filosofia e Sociologia foram substituídas pelo ensino de Educação Moral e Cívica, de acordo com Barbosa (2010, p.99):

Disciplinas como EMC–Educação Moral e Cívica; OSPB – Organização Social e Política Brasileira; EPT – Educação Para o Trabalho; a criação do MOBREAL; são exemplos de como a educação foi direcionada para um modelo que favorecia a ideologia dominante.

Nesse mesmo período foi estabelecido um acordo entre o governo brasileiro e o governo americano, um plano de assistência técnica e financeira (MEC/USAID<sup>1</sup>), sob o pretexto de avaliar os diversos problemas da educação brasileira e propor soluções, como o exemplo dos inúmeros relatórios produzidos pelos agentes da AID que de certa forma cooperaram com a ação dos militares no exercício do poder e nas políticas educacionais.

Acredita-se que esse acordo fazia parte da política imperialista americana, Barbosa (2010, p.96): “[...] a UNE<sup>2</sup> denunciou esse acordo como sendo parte integrante do plano de adequar à sociedade brasileira aos propósitos da expansão do imperialismo americano”. Lembrando que a educação nesse período sofreu diversas reformas em decorrência da expansão econômica e adequação a competitividade internacional, reformas como a lei 5.540, de 1968 que organizava as normas e procedimentos do Ensino Superior, dentre outras.

---

<sup>1</sup> Agência Interamericana de Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID).

<sup>2</sup> União Nacional dos Estudantes

## **Militarização nos espaços educacionais: resquícios da ditadura militar**

O Regime Militar foi instaurado com o apoio da burguesia nacional, uma parte da sociedade civil, dos militares, bem como o governo do E.U.A. em plena guerra fria para manter a homogeneidade do povo brasileiro e afastá-los do perigo “comunista”, buscou de todas as formas cercar, reprimir e perseguir quem se opunha as suas políticas, foram estes artistas, intelectuais, sindicalistas, militantes de esquerda e estudantes, os que estavam nas trincheiras contra o autoritarismo do governo vigente (BARBOSA, 2010).

O Banco Mundial, organismo internacional de financiamento as nações e em especial aos países em desenvolvimento, de maioria regida pelas políticas imperialistas norte americana, tiveram o interesse pelo financiamento da educação, no que se trata de insumos a universidade, segundo Siqueira (2004, p.47):

O Banco Mundial começou a atuar na área educacional na década de 1960, tendo como prioridades o ensino técnico-vocacional e o ensino superior. Tal prioridade decorreu da visão predominante na época, de educação como formadora de mão-de-obra especializada necessária ao processo de desenvolvimento (entendido como industrialização), e que no campo manifestava-se como a revolução verde, que demandava a utilização de máquinas agrícolas, fertilizantes, sementes, agrotóxicos, assim como consultoria de especialistas, em sua maioria estadunidenses.

A citação discorre sobre a atuação do Banco Mundial na década de 1960, seu foco de interesse era a formação técnica-vocacional e o ensino superior; seguindo a ideia da lógica de mercado em voga na época, a de formar o trabalhador especializado para o mercado de trabalho, em especial nos países em fase de industrialização.

A participação do Banco Mundial, bem como a influência das políticas norte americanas, foi uma das estratégias de dominação da universidade brasileira, tornando-a reprodutora da lógica de mercado.

A universidade foi palco de perseguições políticas, repressão e prisões em massa. Alunos e professores vivenciavam um drama cotidianamente, a censura havia posto uma mordaca na sociedade, não existia liberdade de expressão e ainda havia suspeitas de agentes da repressão infiltrados nos movimentos estudantis que estavam à espreita para denunciar os estudantes que dispuserem a lutar e confrontar o governo, como descreve Barbosa (2010).

Também eram proibidas reuniões de caráter “subversivo” nas dependências da universidade que ameaçasse a ordem estabelecida, sob pena de prisão e desligamento das atividades acadêmicas por parte do aluno ou professor, vigorada no Decreto-lei 477 de 26 de fevereiro de 1967, Art. I, Inciso III e VI promulgado:

Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe [...] Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

Também vale ressaltar que em 1964 foi promulgada a Lei Suplicy de Lacerda nº 4.464 que pôs os movimentos estudantis e a UNE na ilegalidade, descentralizando a organização estudantil a nível nacional e estabelecendo a criação de diretórios acadêmicos (DA) e Diretório Central dos Estudantes (DCE) no âmbito da universidade por estudantes indicados pelo governo militar, dessa forma, enfraquecendo a força da massa estudantil.

Quando a Lei 5.540 de 1968 foi promulgada e no percurso das reformas na Universidade de Brasília-UNB a Universidade foi ultrajada pelos militares, havendo prisões, perseguição, demissões e tortura, trazendo ao local, que antes proporcionava bem estar, um clima de medo e terror, sem contar com os pedidos de afastamento de 90% do quadro de professores.

Agentes infiltrados em todos os lugares intimidavam as pessoas a se comunicarem e participarem de qualquer tipo

de reunião. A perseguição e tortura de professores e alunos impôs um clima de terror na Universidade, inviabilizando qualquer possibilidade de reforma. Barbosa (2010, p.97).

Nesse contexto histórico os movimentos estudantis foram marcados por revoltas, passeatas e manifestações nas ruas. O ápice destas manifestações ocorreu quando o estudante Edson Luís foi morto no Rio de Janeiro pela polícia, sendo este o primeiro estudante assassinado pela repressão do Regime Militar.

### **Universidade do estado de são paulo (usp): resistência e luta**

Após 29 anos do fim do Regime Militar no Brasil, ainda há resquícios desse período autoritário em nossos dias, que vigora na postura e atitudes dos governos em diferentes instâncias do poder, sejam instâncias municipais, estaduais e federais tendo estas os órgãos de repressão como a polícia e as forças armadas ao seu dispor.

Em se tratando de fatos atuais, citamos o exemplo da intervenção da Polícia Militar no Campus da USP, quando um grupo de estudantes organizados, ocuparam o prédio da Reitoria como forma de protesto pela autonomia e a democratização desse espaço, que freqüentemente sofria intervenção e repressão policial a pedido de solicitação do Reitor dessa universidade.

O argumento utilizado pela reitoria e o governo do estado foi o fato de três estudantes que foram abordados pela polícia estarem fumando maconha no interior de um veículo. Desde então a reitoria, bem como o governo José Serra e posteriormente Alckmin, enxergavam as manifestações e movimentos organizados como formação de quadrilha, sendo esta a justificativa para a permanência da polícia no local.

*A ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) foi uma ruptura no continuum do tempo marcado pelo conformismo e pela aceitação passiva da ofensiva neoliberal.*

ral. Provavelmente foi o ato de maior visibilidade nas lutas universitárias da presente década. A extensão – quase dois meses –, as nuvens de chumbo que cobriram o céu da USP, anunciando uma dura repressão, e a gravidade dos decretos do governador José Serra, que foram o estopim do movimento, exaltam sua importância. Leher (2007, p.97).

Os 72 estudantes que ocuparam o prédio da reitoria respondem a justiça por crimes como: formação de quadrilha, posse de explosivos, desobediência à ordem pública e pichações, sob pena de perder as suas vagas na instituição. Essas alegações não passam de fraudes legalizadas para criminalizar todo e qualquer movimento social no seio da universidade, assemelhando assim aos anos de chumbo do governo Médici por meio do Decreto-lei 477. Vale salientar, que o artigo exaltado pela reitoria da USP para a eliminação dos estudantes de suas vagas no ensino superior está em consonância com um regimento interno da Instituição imposto em 1972, ou seja, durante a ditadura militar.

Podemos citar outro exemplo de autoritarismo que lembra o período ditatorial, quando a atual presidenta Dilma Rousseff utilizou da Lei de Segurança Nacional para criminalizar os movimentos de massa das jornadas de Julho de 2013 e também aos que protestam contra a realização da Copa do Mundo de 2014, sediada no Brasil, sob acusação de vandalismo e danos ao patrimônio público.

### **Os caminhos para uma universidade autônoma, livre, democrática e popular**

A universidade como o espaço propício para a produção do saber científico sofreu nos últimos 21 anos duros golpes do Regime Militar que vigorou no período (1964-1985), governo este, responsável pelo sucateamento, privatizações e domínio político-ideológico e cultural no meio universitário, onde vários estudantes perderam seus direitos políticos e sua liberdade de expressão.

Resquícios desse momento histórico ainda respingam sobre a atual universidade.

O espaço da universidade deve ser livre de qualquer coerção ideológica e de opressão, devendo ser um local democrático dando oportunidade as vozes da massa estudantil que deve estar no controle da universidade, sendo estes a maioria que compõe a instituição e conhecem bem as reais necessidades deste espaço.

O ensino na universidade necessita unir a teoria e a prática, isto somente dar-se por meio de uma educação politécnica voltada para a produção social, diferentemente do modelo atual, dicotomizada em se tratando de teoria e prática, distanciada do campo de trabalho, sendo assim fragmentada e de classe.

O trabalho tecnicamente qualificado e produtivo deveria se vincular a um conhecimento mais amplo de cultura científica e humanista, não só para poder gerenciar o processo produtivo, mas a própria administração pública de um novo Estado operário e socialista. Assim é que os trabalhadores, no seu próprio processo de auto-educação, gerariam os seus intelectuais e seus educadores, educando assim o sindicato e o partido. (ROIO, 2006, p. 314).

Esse modelo somente é possível a partir de uma transformação profunda na sociedade, no seu modo de produção capitalista para socialista, porém é possível haver mudanças no seio da universidade mesmo nas reais condições políticas em que vivemos.

A LDB nº 9394/96, apresenta em um de seus artigos um caráter antidemocrático em relação a eleição de reitores nas universidades brasileiras, garantindo o peso de 70% para docentes e 15% para estudantes e funcionários, dessa forma a instituição apresenta o seu caráter classista e burguês. Zanetti, (1997, p.45), sobre esse tema, expõe a seguinte afirmação:

[...] ficando os docentes com 70% do poder e os estudantes e técnicos-administrativos com apenas 30%. Embora apareçam neste projeto as palavras “gestão democrática”, não



podemos deixar de concluir que encontra-se bastante comprometida a perspectiva de gestão democrática na LDB.

Em primeiro lugar a universidade deve ser administrada pelo governo tripartite, ou seja, estudantes, composto pela maioria e maior poder de decisão nas dependências das universidades, docentes e funcionários. Nessa forma de administração a base estudantil é de suma importância na organização da universidade, por meio da soberania das assembléias, voto universal, uma cabeça, um voto.

Deste modo, haveria de fato a democratização da universidade, tornando-a autônoma, popular e livre nas suas tomadas de decisões, liberta da burocracia e dos autoritarismos que dominam os espaços acadêmicos, reproduzindo a ideologia dominante classista.

## Conclusão

O trabalho apresentou um pouco do histórico do controle político-ideológico e militar nos espaços educacionais e em especial na universidade, recorrendo ao período do Regime Militar que vigorou nos anos (1964-1985), reformas educacionais e universitárias de cunho tecnicista e alienante corroborando com o imperialismo americano, que patrocinou esses governos.

O assunto supracitado, a militarização nas universidades percorreu sobre os horrores a repressão dos órgãos da ditadura militar nos espaços acadêmicos, em que estudantes, professores, entidades estudantis de massa e movimentos sociais foram postos na ilegalidade sob o argumento de “subverter” a ordem, tornando os espaços universitários palcos de perseguição política.

A fundamentação da pesquisa foi a partir de estudos e leitura sobre a temática em questão, muito discutida na academia e em espaços universitários, seminários e eventos memoráveis sobre o assunto, movimentos sociais, partidos de esquerda, dentre outros.

É de suma importância apresentar aos leitores o presente trabalho, pois a partir deste busca-se rememorar os anos que os militares estavam no poder e as suas posturas políticas autoritárias nas várias instituições sociais, dentre a elas a universidade nos seus diversos espaços e assim incentivar a reflexão sobre os resquícios dessa repressão nos espaços acadêmicos, cabe aos estudantes organizarem-se e conhecerem essa história e a partir deste conhecimento conscientizar-se politicamente para agir contra os autoritarismos.

### Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: Introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª edição.

BARBOSA, Maria Simara Torres. **História da educação** / Maria Simara Torres Barbosa. – São Luís: UemaNet, 2010.

**Decreto-lei 477/67**. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/129413/decreto-lei-477-67>> Acesso em: 13 de abril de 2014.

LEHER, Roberto. **Rebeliões estudantis refundam a luta social pelo público**. Dossiê: Em Defesa da Universidade Pública. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/Margem-10-Rebeli%C3%B5es-estudantis-refundam-a-luta-social-pelo-p%C3%ABlico.pdf>> Acesso em: 12 de abril de 2014.

**Lei 5.540/68**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 03 de junho de 2014.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LEI N. 5.692/71**. Disponível em: <[http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692\\_71.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm)> Acesso em: 03 de junho de 2014.

**Lei Suplicy de Lacerda, Nº 4.464.** Disponível em: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/legislacao/357.pdf>> Acesso em: 13 de abril de 2014.

ROIO, M. D. **Gramsci e a educação do educador.** Caderno Cedes, Campinas, vol. 26, n.º 70, p. 311-328, set./dez. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 02 de abril de 2007.

SANTANA, Maria Silvia Rosa; SANTANA, Isael José. **Modernidade e Pós Modernidade:** uma breve análise sob o enfoque da educação. Pesquisa em educação: política, sociedade e tecnologia. Org. Doracina Aparecida de Castro Araújo; Ademilson Batista Paes... [et al.]. *Campo Grande: UNIDERP, 2007.*

SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate.** São Paulo, Ed. Xamã, 2004.

ZANETTI, Maria Aparecida. **Política Educacional e LDB: algumas reflexões.** (N.2 Ano 2, 1997, p.41-48, ADUEL, Londrina).